

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

**LEI Nº 7.553, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.**

“Autoriza a instituição do programa municipal "Farmácia de Todos" em Sumaré, visando a doação e dispensação gratuita de medicamentos à população de baixa renda, e autoriza a celebração de parcerias para sua operacionalização”.

**Autor:** Vereador Rodrigo Digão.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, nos termos do artigo 66, §§ 5º e 7º da Lei Orgânica do Município de Sumaré, c.c. artigo 278 do Regimento Interno desta Casa de Leis, promulgo a seguinte Lei:

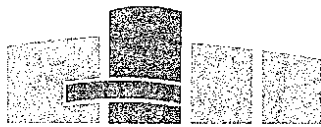
**Art. 1º** - Fica autorizado, no Município de Sumaré, a instituição do Programa Municipal "Farmácia de Todos", sob a supervisão da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de promover a arrecadação de doações, triagem, armazenamento e dispensação gratuita de medicamentos à população idosa, de baixa renda e vulnerabilidade social residente no Município de Sumaré.

**Art. 2º** - O Programa será operacionalizado por meio de Farmácias Solidárias, que poderão ser mantidas por entidades parceiras sem fins lucrativos, nos termos desta Lei.

**Art. 3º** - A elegibilidade ao Programa é restrita aos munícipes que comprovem residir na cidade de Sumaré.

**Art. 4º** - O Programa aceitará a doação voluntária de medicamentos por pessoas físicas ou jurídicas, desde que:

- I** – Apresentem bom estado de conservação
- II** – Possuam a bula presente na embalagem.
- III** – Apresentem, na data da triagem, prazo de validade remanescente de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias.
- IV** – Sejam aprovados na triagem e avaliação técnica realizada pelo profissional farmacêutico responsável.



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

**§ 1º** - A doação deverá ser formalizada mediante a assinatura de um Termo de Doação, no qual o doador deverá atestar a procedência, a integridade e a voluntariedade da cessão dos produtos, nos termos do regulamento.

**Art. 5º** - A operação das Farmácias Solidárias deve observar rigorosamente as normas sanitárias federais e municipais, incluindo:

**I** – Adoção e cumprimento do Manual de Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Dispensação de Medicamentos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

**II** – Exigência de Responsável Técnico Farmacêutico devidamente habilitado, em tempo integral durante o horário de recebimento das doações e de dispensação ao público, sob pena de rescisão de parceria ou interdição do serviço.

**III** – A avaliação visual da integridade física, do prazo de validade e a incorporação dos medicamentos doados ao estoque são tarefas de responsabilidade e supervisão exclusiva do profissional farmacêutico.

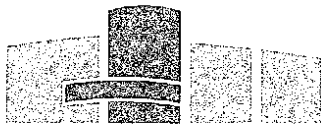
**Art. 6º** - A dispensação gratuita de medicamentos dar-se-á exclusivamente mediante a apresentação da receita médica original, válida e legível, emitida por profissional habilitado, sendo vedada a dispensação sem este documento, ressalvadas as orientações técnicas do profissional farmacêutico.

**Art. 7º** - É vedado o recebimento e a dispensação, em qualquer hipótese, dos seguintes produtos:

**I** – Medicamentos sujeitos a controle especial, conforme a Portaria SVS/MS n.º 344/98 e suas alterações.

**II** – Medicamentos da Resolução-RDC ANVISA nº 20/2011 (controle de antimicrobianos).

**Art. 8º** - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), tais como instituições de ensino, instituições religiosas e Organizações Não Governamentais (ONGs), desde que sem fins lucrativos e com objeto social compatível, para a manutenção e operacionalização descentralizada das Farmácias Solidárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

§ 1º - A formalização das parcerias de que trata o caput dar-se-á por meio de Termo de Colaboração, em estrita observância à Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 2º - O Termo de Colaboração deverá prever cláusulas que exijam o cumprimento integral das Boas Práticas e normas sanitárias, sujeitando a entidade parceira à fiscalização e auditoria permanente da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 9º** - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde ou das Entidades Mantenedoras parceiras, autorizado a firmar convênios de cooperação técnica e estágio, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei de Estágio), com Instituições de Ensino Superior.

**Parágrafo único** - A participação de estagiários de Farmácia ou áreas afins limita-se às atividades de apoio logístico, administrativo, triagem preliminar e auxílio ao profissional farmacêutico, sendo-lhes vedado o exercício de atos privativos do farmacêutico, como a dispensação direta e a decisão final sobre a incorporação ou descarte de medicamentos.

**Art. 10** - O Poder Executivo Municipal deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentar esta lei.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sumaré, 17 de novembro de 2025.

  
**HELIO SILVA**  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré, aos 17 de novembro de 2025.

  
**SAMUEL DA SILVA RAMOS**  
Gestor de Planejamento Estratégico de Assuntos Legislativos